

**DISCURSO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR  
LUÍS CARLOS CÂNDIDO MARTINS SOTERO DA SILVA  
POR OCASIÃO DE SUA ASSUNÇÃO AO CARGO DE PRESIDENTE  
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO,  
EM 9 DE DEZEMBRO DE 2008**

**ORAÇÃO DE POSSE**

Exmo. Sr. Ministro Milton de Moura França, Vice-Presidente do TST, representando o Exmo. Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente daquele Colendo Tribunal;

Exmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado - José Serra, a quem agradeço pela honrosa presença em Campinas - sede de nosso Tribunal, cidade onde nasci e que hoje, diante de tantas autoridades aqui reunidas, reafirma sua importância histórica, política, econômica e social para a Nação, revelando-se não menos merecedora do prestígio das grandes capitais;

Exmo. Sr. Deputado Federal João Dado e Sra. Deputada Estadual Célia Leão, cujas presenças demonstram a importância do estreitamento de laços com os demais Poderes Públicos, sobretudo com o Congresso Nacional e com a Assembléia Legislativa, na constante busca pela realização do bem-comum ao povo brasileiro e paulista;

Exmos. Sr. Presidente da OAB-SP, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso e Sra. Presidenta da OAB, Subseção Campinas - Dra. Tereza Nascimento Rocha Dóro, representando a nobre classe dos advogados, indispensáveis à boa Administração da Justiça;

Exmos. Sr. Procurador-Seccional da União em Campinas, Dr. Paulo Soares Hungria Neto e Sr. Procurador-Chefe do Escritório da Representação da Procuradoria Regional da 3ª Região, Dr. Fábio Munhoz, representando suas importantes instituições, das quais a Justiça do Trabalho, a cada dia, mais se aproxima;

Exma. Sra. Procuradora-Chefe do MPT - Dra. Eleonora Bordini Coca, representando esta indispensável instituição para a defesa da ordem jurídica, democrática e republicana;

Permitam-me cumprimentar as demais autoridades em nome das nominadas;

Advogados, Servidores, queridos parentes, amigos. Senhoras e Senhores.

Nesta data, finda um mandato e outro se inicia. Renova-se a administração do TRT/15ª Região. É uma nova partida; é aurora de novas realizações, de novas experiências e, notadamente, nova etapa de doação e de abnegação, frutificantes indispensáveis do crescimento.

Frei Valfredo Tepe nos diz – “no eterno envolver das coisas neste mundo, vão os homens e as instituições periodicamente se renovando. Seres e fórmulas, tudo está sujeito às leis imperiosas do passar dos tempos. Tudo cumpre a sua missão e cede o lugar que ocupava...”

Hoje, recebo a alta Administração desta Corte das mãos do ilustre Des. Luiz Carlos Araújo, que a dirigiu com maestria, muito fez e trabalhou pelo Regional. Nosso muito obrigado.

Recebo a Presidência pela graça de Deus e pela generosidade e confiança de meus colegas.

Bem sei quanto é árduo e delicado o seu desempenho, mormente na atualidade, dado o brilho que lhes emprestaram as administrações anteriores.

Sei também das minhas limitações – que não são poucas, mas que, talvez, possam ser em parte compensadas pela sincera vontade de acertar. A vontade de bem servir à nossa instituição e a certeza de ter a devida compreensão e o apoio de todos os dignos Magistrados, como inspiração e força para a adoção das medidas e providências necessárias à manutenção, em alto nível, dos trabalhos peculiares ao cargo.

Espero, sinceramente, não desmerecer a confiança em mim depositada – e, repito, conto com a compreensão e não dispenso a colaboração dos eminentes Desembargadores, Magistrados de 1ª Instância e Servidores, a fim de que todos, juntos, possamos engrandecer cada vez mais o Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, o TRT/15ª Região.

Pretendo, pois, servir à instituição que generosamente me acolheu; prestigiá-la e, antes de mais nada, defendê-la. “Se não posso servi-la o quanto devo, quero ao menos amá-la o quanto posso”, nos versos de Martins Fontes, seguindo o “Credo da Justiça”.

O valor das instituições está nos homens que as integram e a qualidade da Justiça depende mais dos homens que aplicam a lei do que do conteúdo da lei que eles aplicam. Por isso, somos todos indispensáveis e responsáveis por esta Corte, comungando dos desafios que lhe são inerentes.

Desembargadores Lazarim, Zanella e Cooper: acredito que a nossa responsabilidade é incomensurável, porquanto passamos a exercer uma importante parcela da chefia do Poder Judiciário, sabedores do que representa o TRT/15ª Região no cenário nacional.

Infelizmente, o Judiciário ainda é pouco conhecido do povo, parecendo a alguns uma organização “misteriosa”, não bem compreendida. Exatamente por conta disso, ocorrem, às vezes, distorções que levam à desinformação, em marcante prejuízo do conceito e da importância da Magistratura.

É nossa a responsabilidade de alterar esse quadro - e o momento histórico é este. Basta nos lembrarmos dos êxitos obtidos nos últimos anos, como revelam a criação e a atuação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dentre outros.

Critica-se o acúmulo de processos; critica-se a falta de celeridade, que eleva os custos sociais, perenizando o litígio... Porém, esse quadro negativo, mesmo se verdadeiro, não pode ser concentrado exclusivamente sobre os ombros de Juizes e Servidores, que trabalham no limite de suas forças; no limite da capacidade de seus corpos, mente e alma.

E em nosso Tribunal essa afirmação ganha contornos de realidade! Em sua última visita à Corte, neste ano de 2008, o Exmo. Sr. Min. Corregedor-Geral reconheceu que somos o segundo em movimento processual no país, exibindo produtividade impressionante, sobretudo considerado o insuficiente número de Magistrados e Servidores nos quadros atuais. Até o mês de outubro, por exemplo, conseguimos, superar a elevada marca de 191.000 (cento e noventa e um mil) processos conciliados e sentenciados em 1ª Instância - e, no mesmo período, mais de 74.000 (setenta e quatro mil) causas foram solucionadas nesta Corte.

Esse é o resultado de um trabalho duro, sério e comprometido daqueles que integram - e se entregam - a Administração da Justiça. Magistrados e Servidores da melhor qualidade, tenham os senhores certeza, não nos faltam. O TRT/15ª Região é rico em patrimônio humano - de sabedoria, de experiência, de valor moral e, sobretudo, de devotamento ao serviço público.

Mas, ainda assim, é preciso responder, com mais eficiência e celeridade, aos reclamos do nosso povo, com uma população de aproximadamente de 20 milhões de habitantes espalhados pelos 599 (quinhentos e noventa e nove) municípios que compõem nossa vasta extensão territorial.

Sabemos que a conquista de um Judiciário ideal ainda exige um longo caminho a percorrer. Temos que rever muitos procedimentos; reduzir, sem o sacrifício da defesa, os recursos; desestimular a protelação e estimular a presteza; aumentar o contingente de Magistrados e Servidores; melhorar as condições gerais de trabalho...

Mas, como disse, esse é um longo caminho e, para percorrê-lo, é preciso acreditar, persistir, ter fé, confiar em si mesmo e no semelhante, a fim de, juntos nessa caminhada, superarmos os obstáculos, vencendo os desafios.

A vida nos apresenta, não raras vezes, situações imprevisíveis. No entanto, nos cabe examinar, cuidadosamente, o que elas representam para, em seguida, tomarmos as melhores decisões. Tudo isso não é apenas um desafio à nossa coragem, mas um paciente e equilibrado exercício de compreensão e humildade que nos permitirá nos adaptarmos às circunstâncias, na medida de nossas necessidades e possibilidades.

Vale lembrar que nenhuma caminhada será frutuosa se não caminharmos juntos; mas não basta estarmos lado-a-lado... É preciso compreender que, ao longo da jornada, sacrifícios serão exigidos. Mas tenham a certeza que serão muito maiores se estivermos sozinhos ou desunidos.

Hoje é dia de lembranças, por isso é bom lembrar também que ninguém obterá êxito em destruir a concórdia que nos une – porque como já disse São Tomás de Aquino, “concórdia não é uniformidade de opiniões; é concordância de vontades”. E a vontade que nos une é uma só: levarmos dignidade, Justiça e democracia ao povo da nossa região.

Essa não é a tarefa de um, mas o desafio de todos. Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias; Servidores; Advogados; Procuradores; Membros do Ministério Público e integrantes dos demais Poderes: eis o nosso caminho e essa é a nossa concórdia!

A Administração que ora é empossada não olvidará do seu dever e viabilizará a propositura de um programa de ação que, com o indispensável cronograma, inclua não apenas o biênio que se inicia, mas, num sentido de maior profundidade, também os exercícios posteriores.

O diálogo solidário e cooperativo com Magistrados e Servidores, internamente, e, externamente, com as entidades de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Procuradorias Regionais, os Poderes Legislativo e Executivo, marcará uma gestão transparente, integrada e participativa, indispensável à boa consecução dos seus fins.

Por esse motivo, já determinei e, a partir de amanhã, dia 10 de dezembro, os srs. Desembargadores e o mais breve possível os srs. Magistrados e Servidores contarão, por meio da extranet, com uma via de comunicação direta com a Presidência, que também divulgará, diariamente, sua agenda, a fim de que todos possam acompanhar a efetiva consecução do cronograma de metas e ações institucionais propostas.

Do mesmo modo, é preciso melhorar a Ouvidoria do Tribunal, de modo a melhor servir a comunidade interna e externa, inclusive mediante atendimento pessoal ao público, além de conferir a mais ampla divulgação e destaque a esse democrático canal de comunicação.

De outro turno, além do diálogo cooperativo, é preciso prosseguir nos avanços estruturais já conquistados. Nesse sentido, impende reconhecer que as atuais instalações do Fórum Trabalhista de Campinas atendem muito melhor às suas finalidades do que aquelas antes ocupadas. Houve um avanço. Mas, é certo, ainda há problemas.

Devemos cuidar, com urgência, de questões internas e externas - e, desde já, algumas medidas são necessárias, para as quais não prescindiremos do imediato auxílio da Administração Municipal.

Ao Sr. Prefeito e Srs. Vereadores, digo que precisamos revisar e ampliar as linhas de transporte coletivo que passam pelo Fórum de Campinas, interligando-as aos principais terminais urbanos e rodoviários de nossa

cidade, além das questões envolvendo o trânsito local e o estacionamento de veículos. Isso também é, em última análise, acesso à Justiça.

Do mesmo modo, é indispensável o esforço conjunto de todas as instâncias - municipal, estadual e federal - para concretizarmos o projeto *Complexo Jurídico-Administrativo Federal de Campinas* (Cidade Judiciária Federal em Campinas), que beneficiará os munícipes e o jurisdicionado da nossa metrópole - metrópole, como já dito, com "status" de capital.

E, nesse sentido, Sr. Secretário de Justiça do Estado - Dr. Marrey, Sra. Deputada Estadual Célia Leão merecemos o mesmo tratamento conferido a outros Tribunais para pagamento dos precatórios não solucionados, mediante o aumento do aporte financeiro disponibilizado mensalmente para os processos que aqui aguardam o juízo de conciliação.

*A jurisprudência regional e sua uniformização, de outro lado, devem ganhar a mais ampla divulgação, sobretudo às partes, na medida em que conhecerão o direito que se aplica nos Tribunais. É preciso, assim, retomar com urgência os procedimentos de revisão e criação de novas súmulas e que, embora não retirem dos Magistrados a indispensável liberdade de julgar, muito contribuem para a segurança jurídica e a resolução antecipada de conflitos. Por isso, concito meus nobres colegas Desembargadores a essa importante e esperada tarefa.*

*É imperioso, do mesmo modo, encontrarmos, pelo diálogo aberto com a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria da Fazenda, caminhos de prevenção e resolução de conflitos referentes à arrecadação e ao recolhimento de tributos e contribuições sociais incidentes nas causas aqui decididas. É chegada a hora de buscarmos, pelo consenso, critérios mais objetivos que possam desinflacionar os órgãos de 1ª e 2ª Instâncias, possibilitando maior segurança aos contribuintes e às partes em litígio sem prejuízo da arrecadação.*

*Pela via de um debate maduro, é preciso também que se encontre o meio adequado para a valoração do trabalho do Juiz de 1ª Instância, que é fator de inegável estímulo na laboriosa carreira.*

O aprimoramento da formação técnico-científica dos Magistrados e Servidores é, do mesmo modo, questão prioritária. A complexidade dos problemas que nos afloram está a exigir um preparo sempre crescente e renovado, nos variados ramos do saber.

Nesse sentido, é incondicional o nosso apoio à Escola da Magistratura, a fim de que possa prosseguir no constante aprimoramento intelectual da comunidade interna e, por que não, também externa, integrando, por meio de convênios, os diversos atores da Justiça: o Ministério Público do Trabalho, a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da sua Escola Superior da Advocacia (ESA), o Sindicato de Servidores da 15ª Região.

Planejamento, em suma, deve ser a palavra-chave. Metas e objetivos da melhoria da qualidade e transparência da informação nos Tribunais.

Meios de desenvolvimento de celeridade processual. O TRT/15ª Região decididamente se preocupará com isso.

A Justiça do Trabalho - o TST e o TRT/15ª Região - superaram a timidez e a fase do mero discurso, realizando essas sugestões e outros projetos com muito êxito: informatização, digitalização, capacitação de Magistrados e Servidores, JARI, Varas Itinerantes - tudo isso esboçando um Judiciário que sempre sonhamos e que outrora jamais tivemos.

Acreditamos que estamos no caminho certo. O momento é de transformações e temos plena consciência disso. Os tempos são outros.

Como diz Augusto Cury, "o passado é uma cortina de vidro. Felizes os que observam o passado para poder caminhar no futuro."

Sigamos adiante nesse caminho, com união e boa vontade, pois só assim teremos forças para completá-lo a contento.

Em nome dos integrantes da nova Administração, nossa gratidão aos ilustres oradores que nos saudaram, por certo suas palavras foram ditas com a generosidade dos seus corações, pela amizade que nos une e como homenagem ao Poder Judiciário do qual muito nos orgulhamos de pertencer.

A meus colegas Desembargadores, minha gratidão pela confiança depositada.

Aos admiráveis e elogiosos Juízes de 1º Grau, a minha reverência plena e o desejo de dias tão virtuosos como, sem dúvida alguma, merecem.

Aos Servidores dessa Casa, incansáveis trabalhadores em prol da Justiça do Trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a presença das dignas autoridades civis, militares e eclesiásticas, dos membros do MP, dos Advogados, das senhoras e senhores, amigos, parentes, que aqui vieram dar um colorido todo especial a essa solenidade.

Agradeço a minha querida e amada mãe Alaíde, pela dedicação e sacrifício de sua vida aos filhos e a família, a memória do meu pai José Bartolomeu, que tinha muito orgulho e muito amor para dar à sua família, com forte formação moral. Meus irmãos Zulmira, José Carlos e Antonio Carlos, que sempre estiveram comigo.

A minha mulher Désia, dedicadíssima e companheira de todos os momentos, incentivadora, propícia e propiciou ao longo de mais de 25 anos um lar tranqüilo e feliz, ambiente ideal para todas as situações. Não poderia deixar de destacar também a minha sogra - Terezinha, a quem devo tantas atenções e carinho.

Meus filhos, minha vida - Muriel e Leonardo, co-participantes das alegrias desse momento, merecem igualmente meu reconhecimento pela compreensão e pela cota-parte de sacrifício que lhes couberam, pelo meu afastamento do lar por conta do meu trabalho em Brasília-DF e sobretudo pelas minhas andanças pelo interior, quando do exercício da Corregedoria Regional no biênio 2004-2006.

E finalmente, agradeço a Deus rogando-lhe que me conceda a inteligência para conhecer a Justiça, a angústia para procurá-la, a sabedoria para encontrá-la e a equidade para distribuí-la. E, peço-LHE AINDA, muita paz, amor e alegria dentro das famílias e, em especial da família forense trabalhista.

**A todos um abraço carinhoso.**

**Meu muito obrigado.**